

**ATA**

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador António Monteiro de Castro – Referiu a informação constante do ponto n.º 2 da Agenda de Trabalhos da reunião de hoje que respeita ao relatório do Fiscal Único sobre a situação económico-financeira da VITRUS AMBIENTE EM SA no primeiro semestre do exercício de 2016, onde se regista o crescimento da receita da VITRUS (€93.000,00) e o crescimento da despesa (€220.000,00) numa proporção muito maior, sendo referido que tal despesa decorre do aumento de despesas com pessoal. Disse que, de acordo com o referido relatório, este aumento significativo prende-se com a implementação do sistema PAYT “pay-as-you-throw”. Continuou, referindo que se o aumento da despesa continuar prevê-se, até ao final do ano, uma despesa na ordem dos €440.000,00 mostrando-se, assim, preocupado com

o impacto financeiro decorrente da implementação do PAYT, importando averiguar se existe alguma correção a fazer na sua implementação. -----

2 – Vereador Ricardo Araújo – Referiu uma notícia publicada no passado dia 3 de outubro, na comunicação social, dando conta que a Associação Spinpark - Centro de Incubação de Base Tecnológica - estaria com um plano especial de revitalização há cerca de um ano acumulando uma dívida na ordem dos 7 milhões de euros. Disse, ainda, que, de acordo com aquela notícia, o Vereador Ricardo Costa teria confirmado que a Câmara Municipal iria assumir o controlo daquela entidade. Assim, perguntou ao Presidente da Câmara se confirmava esta intenção da Câmara Municipal de assumir a posição da Universidade do Minho na Associação Spinpark, quais as razões para a Câmara assumir essa posição, qual o valor das dívidas atualmente em causa, qual o montante das dívidas existentes que a Autarquia assumirá e quais as garantias que dão suporte ao financiamento bancário junto do Novo Banco. Disse, finalmente, que, independentemente da resposta que o Presidente da Câmara iria dar, considerava que este assunto, que é da maior relevância, não deveria ter sido dado a conhecer à comunicação social, sem que tal tenha sido discutido e refletido nos órgãos municipais próprios. -----

3 – Vereador José Torcato Ribeiro – Questionou o Executivo sobre o futuro do edifício onde funcionava o ATL do Centro Social de Gondar uma vez que, em Assembleia Geral, aquela coletividade foi dissolvida, estando as crianças instaladas numa sala da Escola EB 1 de Gondar e que o ATL funcionava no edifício da antiga EB1 de Gondar, cedido em comodato pela Câmara Municipal ao Centro Social de Gondar. Com a dissolução da instituição, disse entender que estão reunidas as condições para que o edifício seja atribuído



em comodato à Junta de Freguesia, podendo acolher a sua sede e continuar a funcionar como ATL. -----

4 – Presidente da Câmara – a) - Sobre a situação económico-financeira da VITRUS relativa ao primeiro semestre do exercício de 2016, disse que era importante registar que os resultados líquidos e os indicadores não eram desfavoráveis. Deu algumas explicações sobre o aumento de pessoal para vários serviços, recordando que a VITRUS está a suprir muitas das dificuldades sentidas pela Câmara Municipal ao nível da higiene e limpeza. Disse, ainda, ter contribuído para o aumento da despesa a colocação de mais moloks e de parómetros. Por último, recordou que a implementação do PAYT tem o financiamento do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR); **b)** – Sobre o Spinpark, começou por dizer que nesta semana se tinham registado notícias muito interessantes sobre o Avepark, ativo estratégico regional e até mesmo nacional. Referiu um avultado investimento anunciado pelo Reitor da Universidade do Minho aprovado pela União Europeia. Em termos formais disse ainda não existir qualquer proposta, esclarecendo que tudo o que se relacionava com o AVEPARK estava a ser trabalhado pelo Vereador Ricardo Costa. Reconheceu que a Associação Spinpark estava a atravessar um período menos bom do ponto de vista financeiro pelo que a Câmara Municipal está a trabalhar neste processo com o responsável indicado pelo Reitor da Universidade do Minho. Avançou que uma eventual proposta de intervenção da Câmara Municipal poderá rondar 1,5 milhões de euros e não os 7 milhões referidos, podendo até nem envolver financiamento municipal; **c)** - Sobre o encerramento do Centro Social de Gondar disse que o assunto estava a ser trabalhado com a Vereadora Paula Oliveira. -----

5 – Vereador Amadeu Portilha – Sobre a VITRUS, disse que era importante não generalizar para o historial da empresa uma situação pontual que reflete a circunstância temporal resultante da implementação no Centro Histórico de um sistema pioneiro e inovador de recolha de lixo. Acrescentou que, de acordo com o relatório do Fiscal Único, os valores apresentados continuam a permitir à VITRUS uma estabilidade financeira confortável a médio e longo prazo. Justificou o aumento da despesa com a implementação do PAYT, que pressupõe um conjunto de investimentos, quer ao nível técnico, quer ao nível dos recursos humanos, com aumento de despesa com pessoal e equipamentos, o que teve uma repercussão nas contas do primeiro semestre. Por último, disse que a receita correspondente a esse serviço deverá começar a ser agora arrecadada, lembrando, igualmente, o financiamento de cerca de €170.000,00 do PO SEUR. -----

6 - Vereadora Paula Oliveira – Sobre o Centro Social esclareceu o que estava a ser feito relativamente ao seu encerramento, adiantando que foi encontrada uma alternativa provisória para garantir o funcionamento do ATL das crianças de Gondar, em articulação com os Serviços de Educação da Câmara Municipal. Disse, ainda, que o direito de superfície do edifício da EB1 de Gondar foi cedido ao Centro Social de Gondar por 80 anos, estando a ser estudada a sua reversão pelos serviços jurídicos. -----

-----**II INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: -----

1 – Informou que o concelho de Guimarães mais do que duplicou o número de escolas com bandeira verde no ano letivo 2015/2016, tendo alcançado o 5º lugar no programa Eco-Escolas, num total de 230 municípios inscritos. Dos 38 estabelecimentos de ensino vimezanenses que aderiram a este projeto de carácter ambiental,



28 alcançaram o estatuto de Eco-Escola com a atribuição da respetiva Bandeira Verde, a saber: EB 2/3 de Pevidém; EB 2/3 Arqueólogo Mário Cardoso; EB1 Agostinho da Silva; EB1 de Pinheiro; EB1 de Tabuadelo; EB1 de Ribeira – Brito; EB1/JI de Teixugueira – Silvares; EB1/JI de Calvos; EB1/JI Casais; EB1/JI de Ronfe; EB 2/3 D. Afonso Henriques; EB da Taipas; EB de Abação; EB de Gondar; EB 2/3 Abel Salazar – Ronfe; EB 2/3 de Briteiros; EB 2/3 de João de Meira; EB 2/3 Virgínia Moura; EB1 de Pinheiral; EB1 Oliveira do Castelo; EB1/JI Cruz d'Argola; EB1/JI da Charneca; EB1/JI de Agradas – Gandarela; EB1/JI de S. Roque; Escola Profissional CENATEX; Escola Profissional Profitecla de Guimarães; Escola Secundária Martins Sarmiento; e Escola Secundária de Caldas das Taipas. Continuou, dizendo que foi ainda atribuído à Escola Virgínia Moura e à Escola Profissional Cenatex um diploma de reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos nos desafios “Geração Depositrão” e “Roupas Usadas não estão Acabadas”, respetivamente. Realçou o importante contributo das escolas do concelho para o contínuo desenvolvimento e consolidação do Programa de Educação para a Sustentabilidade Ambiental – PEGADAS – e, fundamentalmente, para a candidatura de Guimarães para Capital Verde Europeia. -----

2 – Referiu a recente designação do Professor Rui Reis como membro internacional da National Academy of Engineering, em resultado de uma eleição alcançada por um número muito restrito de engenheiros sem cidadania americana e pela primeira vez contemplando um Português. Disse considerar esta eleição justíssima atendendo ao prestígio internacional granjeado e aos avanços científicos que o trabalho desenvolvido pelo Grupo 3B's continua a gerar, bem como uma surpresa que enche de orgulho e inspira todos os portugueses que se dedicam à investigação

científica. Congratulou-se, ainda, por esta eleição distinguir um cidadão honorário de Guimarães e um Engenheiro ainda jovem, o que valoriza ainda mais esta eleição. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

1. Do despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 19 de agosto de 2016, que decidiu exercer o direito legal de preferência do prédio sito na Rua da Caldeiroa, n.º 66, 68 e 70, União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, propriedade da Caixa Geral Depósitos, pelo valor total de €170.000,00, conforme documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -

2. Do ofício de Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, S.R.O.C. Lda. remetendo, para conhecimento, no âmbito do exercício das funções de Fiscal Único, informação sobre a situação económica e financeira da VITRUS AMBIENTE EM SA relativa ao primeiro semestre do exercício de 2016. -----

3. Dos ofícios da Assembleia Municipal n.ºs 186 a 235 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 3 de outubro, das seguintes propostas: **a)** – “Regulamento de Admissão e Utilização dos Laboratórios Criativos da Plataforma das Artes e da Criatividade”; **b)** – “União das Freguesias de Atões e Rendufe – Requalificação da Zona central de Rendufe, junto à Igreja, e construção de um Parque de Lazer, em Rendufe”; **c)** – “União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães – Revogação ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2015 e Aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”; **d)** – “União das Freguesias de Briteiros Santo Estevão e Donim – Requalificação da Rua da Ponte, Avenida Joaquim Novais e pavimentação do Parque de estacionamento junto à Igreja de



Donim"; **e)** – “União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente – Remodelação do Edifício da EB1 de Além (Sande Vila Nova) e requalificação da Rua de S. Martinho, Rua Nossa Senhora da Assunção, em Sande Vila Nova e Rua de Sumarães, em sande S. Clemente”; **f)** – “União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. salvador e Gondomar – pavimentação da rua de santa Maria, em Souto Santa Maria”; **g)** – “Delegação de Competências nas Freguesias para manutenção dos parques de Lazer do concelho”; **h)** – “Designação do fiscal Único da Empresa Municipal CASFIG,EM UNIPessoal, LDA”; **i)** – “Proposta de aprovação de Contrato-programa com a Cooperativa de Interesse Público “A Oficina” – Centro de Artes e Mesteres tradicionais de Guimarães, CIPRL, para o ano de 2017”; **j)** – “Cooperativa Taipas Turitermas, CIPRL – Aumento de Capital”; **k)** – “Alterações de Trânsito decorrentes da empreitada de requalificação do Parque das Hortas e área envolvente”; **l)** – “Alteração de Trânsito em Selho S. Lourenço – União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães”; **m)** – “Alteração de Trânsito na rua e Travessa do Outeiro, na freguesia de Brito”; **n)** – “Alteração de Trânsito em sande Vila Nova – União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente”; **o)** – “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências nas Freguesias – Atribuição de verbas para alimentação e gestão em refeitórios escolares – setembro a dezembro de 2016 e janeiro a julho de 2017”; **p)** – “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências nas Freguesias - Atribuição de verbas para apoio e acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais”; **q)** – “Junta de Freguesia de Serzedo – Instalação de um parque infantil na Rua da Eirinha – Atribuição de Subsídio”; **r)** – “Junta de Freguesia de Fermentões – Instalação de um parque infantil na rua Sá de Miranda e instalação

de equipamentos de fitness junto ao parque da Nortecoop – Atribuição de Subsídio”; **s)** – “União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo – Trabalhos a executar na rua de Seide, em Oleiros”; **t)** – “União das Freguesias de Serzedo e calvos – pavimentação da Rua Padre José Ribeiro Dias, em Serzedo e Rua de Úfe, em Calvos”; **u)** – “Freguesia de Brito – Atribuição de subsídio para a requalificação da Travessa D. Afonso Henriques, n.º 2, Travessa de S. José, Rua Vasco da gama, Rua da Chã, Rua do Salgueiral, Rua D. Afonso Henriques, Rua das bouças e Rua Valdante”; **v)** – “Freguesia de Gonça – Atribuição de subsídio para a requalificação e adaptação do edifício da antiga EB1 para sede da Junta de Freguesia e requalificação de várias ruas da freguesia”; **x)** – “Freguesia de Nespereira – Requalificação da Rua do Barreiro, Avenida da Igreja e Rua da Arrochela e intervenção no edifício e área desportiva da EB1 de Arrau”; **y)** – “Freguesia de Urgezes – Atribuição de subsídio para a requalificação da Rua Bernardino Jordão, Rua Alfageme de Santarém e Bairro Económico – Travessa E”; **z)** – “Freguesia de Ponte – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2016 – Primeiro Aditamento”; **aa)** – “Freguesia de Pencelo – Cedência de Autocarro”; **bb)** – “Freguesia de Pinheiro – Cedência de Autocarro”; **cc)** – “Freguesia de Barco – Atribuição de subsídio para obras de raiz no edifício sede”; **dd)** – “Freguesia de Infantas – Aquisição de Terreno – Concessão de Apoio”; **ee)** – “Junta de Freguesia de Guardizela – Oferta de Bandeira”; **ff)** – “Freguesia de Ponte – Oferta de bandeira”; **gg)** – “Freguesia de Moreira de Cónegos – Continuidade nos Projetos Sociais do orçamento Participativo 2013 – Projeto “Raíces””; **hh)** – “Freguesia de Nespereira – Parque Infantil no parque de Lazer da Arrochela – Atribuição de Subsídio”; **ii)** – “Freguesia de Aldão – Construção de



balneários do Campo de Jogos”; **jj)** – “Freguesia de Barco – Instalação de um relvado sintético em Campo de Futebol 7”; **kk)** – “Freguesia de Selho S. Cristóvão – Requalificação do Parque Infantil da Liberdade – Atribuição de Subsídio”; **ll)** – “Assunção do Município de Guimarães como Autoridade de Transporte”; **mm)** – “Operação de Reabilitação Urbana para a Área de Reabilitação Urbana do centro da Cidade – rua D. João I à Zona de Couros”; **nn)** – “Geminação com a Cidade de Dijon – França”; **oo)** – “Regulamento de projetos Económicos de Interesse Municipal – Cessação da Suspensão Parcial do regulamento – Confirmação de Benefícios Fiscais Municipais atribuídos entre 2014 e 2015 – aprovação da despesa fiscal para concessão de benefícios fiscais municipais até dezembro de 2016”; **pp)** – “Modernofrio – Equipamentos Hoteleiros, Lda. – emissão de certidão de interesse público para efeitos e no âmbito do Regulamento do Plano Diretor Municipal – artigo 29.º”; **qq)** – “Amorim, Lda. – emissão de certidão de interesse público para efeitos e âmbito do decreto-Lei n.º 165/14”; **rr)** – “Tecelagem Jorge Têxteis, Lda. – emissão de certidão de interesse público para efeitos de regularização de construção ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14”; **ss)** – “Guimágua – Piscinas e equipamentos, Lda. – emissão de certidão de interesse público para efeitos e âmbito do Decreto-Lei n.º 199/15”; **tt)** – “Humberline – Artes de Impressão, Lda. – emissão de certidão de interesse público municipal para efeitos de regularização administrativa de instalações industriais”; **uu)** – “Adesão do Município ao Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves”; **vv)** – “Documentos Previsionais – Revisão Orçamental”; **xx)** – “Freguesia de S. Torcato – Requalificação da Rua do Souto, Rua Franca, rua do Outeiro e Rua de Entre Paredes”; **yy)** – “União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia –

Atribuição de Subsídio para obras de restauro e conservação do antigo edifício da EB1 de Briteiros S. Salvador para instalação da sede da União das Freguesias”; **zz)** – “Freguesia de Barco – Cedência de Autocarro”. -----

4. Da seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “**Reperfilamento do troço viário entre a EN101 e a área central da Vila de Ponte – 1.ª Fase**” - As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objeto de análise por parte da DEP (Divisão de Estudos e Projetos). Nesta sequência, foi elaborada a lista de erros e omissões que se anexa. Nos termos do n.º 5 do art.º 61º do Código dos Contratos Públicos, e respetivas alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, a aprovação da lista de erros e omissões em anexo, considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites, devendo a mesma ser publicitada na plataforma eletrónica vortalgov, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 19 de setembro de 2016 até às 17:00:00 horas e serão abertas às 10:00 horas do dia útil imediato. Se houver algum interessado que já tenha elaborado a proposta, deverá eliminá-la, iniciando uma nova tendo em conta a lista de erros e omissões atrás referida.” -----

5. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de outubro de 2016, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada designada por “**Adaptação do Edifício “Casa de**



Donões” para Sede da Autoridade para as Condições de Trabalho”, adjudicada a “Signinum – Gestão Património Cultural, Lda., nos valores, respetivamente, de €207.910,26 + IVA e de €5.474,50 + IVA. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2016. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. As Vereadoras Adelina Paula Pinto e Maria Helena Soeiro não participaram na votação da ata por não terem estado presentes na reunião.** -----

OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL - CONTA FINAL – Presente, para aprovação, a conta final respeitante à empreitada designada por “Requalificação e Beneficiação de Arruamentos da Rede Viária Municipal”, adjudicada a “Alberto Couto Alves, S.A.”, nos valores, respetivamente, de €1.099.541,85 + IVA e de €37.609,50 + IVA. A referida conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DOS CUTILEIROS – CREIXOMIL – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação da Rua dos Cutileiros - Creixomil, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder

€1.393.503,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.34 do Plano Plurianual de Investimentos de 2016. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €1.393.503,00 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Gilberto Fortunato Costa Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Miguel Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SERZEDO E CALVOS – RELVA SINTÉTICA PARA O RINGUE DESPORTIVO DE SERZEDO – Presente a seguinte proposta: “De forma dotar a



Freguesia de Serzedo de novas valências, e para responder às necessidades dos seus cidadãos, a União de Freguesia de Serzedo e Calvos construiu um espaço de lazer bem no centro desta freguesia. Este espaço de lazer vem responder às necessidades da sua população, que não tem espaços deste género na sua área de influência, servindo ainda para que os jovens tenham um equipamento que podem utilizar nos seus tempos livres, de forma gratuita e bem apetrechado. Neste sentido, proponho a atribuição de um apoio financeiro de 6.000,00 euros (IVA incluído) para a instalação de 405 m2 de relva sintética no ringue desportivo, dotando-o das valências necessárias para a prática desportiva sem fins competitivos.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Infantas, solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos no dia 2 de Outubro ao restaurante das Oliveiras em Mesão Frio. Considerando que, se trata de uma deslocação que visa a realização de um almoço convívio entre idosos desta freguesia, cujo objetivo principal é proporcionar aos mesmos uma atividade de dinamização social e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 29 de setembro de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se para ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO PARA EMPREENDIMENTO TURÍSTICO – FLORENTINO ARMANDO FARIA CARDOSO – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público para empreendimento turístico a realizar em terreno e edificação existentes sítios na União de Freguesias de Tabuadelo e São Faustino. Na sequência do pedido formulado, foi emitido parecer técnico onde se reconhece: 1. Viabilidade urbanística (com condições) da intervenção preconizada; 2. Interesse turístico da mesma intervenção; 3. Necessidade de anexação de elementos processuais complementares para a análise do interesse económico da pretensão. Sobre este último ponto, o mesmo parecer técnico solicita elementos inerentes a um projeto económico de interesse municipal e reconhecimento específico de interesse económico para o concelho. Em atendimento / reunião com o Município, foi expresso por este que, no presente, encontra-se a desenvolver o processo de investimento associado à intervenção e que, só após o reconhecimento da viabilidade do mesmo projeto (na sua globalidade) tratará e formalizará o conjunto de ações necessárias para o efeito (como, por exemplo, a constituição empresarial requerida). Igualmente, e na sequência de tal, pretende obter o reconhecimento do interesse municipal de modo a poder instruir os pedidos e pareceres às tutelas necessários à obtenção da mesma viabilidade. Assim sendo, o que se coloca, neste momento, é o reconhecimento do interesse público municipal que, julga-se, encerra três componentes: urbanística, turística e económica. Constatando-se possível e viável (com condições) a pretensão do ponto de vista urbanístico e turístico, falta promover a avaliação da componente económica, não na perspetiva do reconhecimento



formal do interesse económico nem da constituição de um projeto económico de interesse municipal (a colocar-se eventualmente no futuro), antes a avaliação do contributo económico (e respetiva vali9 para o empreendimento em causa e sua repercussão urbana (ou seja, a análise económica será para incorporar numa decisão mais vasta e abrangente e não para originar uma decisão e reconhecimento económico autónomo e específico). Perante o exposto, foi promovida a consulta da divisão de desenvolvimento económico, a qual resultou no despacho do Vereador responsável “ a DDE já emitiu parecer no dia 31.08.16... o não reconhecimento de interesse económico, pelas razões já aludidas, não obstaculiza o reconhecimento de interesse público”. Assim, e face ao exposto, verificando-se viável, do ponto de vista urbanístico e turístico e o enquadramento dado à componente económica, remete-se à consideração superior o reconhecimento do interesse público solicitado. Caso positiva a decisão, **carecendo o mesmo reconhecimento de interesse público da aprovação final por parte da Assembleia Municipal, o mesmo deverá ser apreciado em reunião do Órgão Executivo (e, posteriormente, em assembleia municipal)**. Em anexo, junta-se informação da DDE datada de 07.06.16.” A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

PROTÓCOLOS – PROTÓCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIVERSIDADE DO ALGARVE – COOPERAÇÃO EM ÁREAS CIENTÍFICA, CULTURAL, SOCIAL E AMBIENTAL - Presente, para ratificação, o Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município e a Universidade do Algarve tendo por objetivo desenvolver a cooperação em áreas de

interesse comum, nomeadamente científica, cultural, social e ambiental, incrementando a relação entre o meio académico e o território de Guimarães, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOSCOLOS - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E O COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF - ADESÃO AO PROGRAMA "CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS" – Presente a

seguinte proposta: "A UNICEF, através do Programa "Cidades Amigas das Crianças", pretende melhorar a qualidade de vida das crianças, reconhecendo e realizando os seus direitos, numa lógica de promoção do progresso das comunidades e de implementação de políticas coordenadas para a infância e adolescência. Em foco, está a promoção da participação dos mais novos nas decisões, nas políticas e nos programas dos municípios portugueses e também a melhoria do trabalho em rede entre entidades públicas e privadas envolvidas na defesa dos seus direitos. Reconhecida a importância do envolvimento do nosso município nesta temática, e também considerando a necessidade de dar resposta, com qualidade e coerência, ao projeto "Carta da Cidadania InfantoJuvenil" (promovido pela Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais e do qual a Câmara de Guimarães é parceira), foi efetuada uma candidatura junto do Comité Português para a UNICEF, a 3 de fevereiro de 2016, no seguimento da qual importa agora formalizar a adesão ao Programa "Cidades Amigas das Crianças". Assim, considerando a pertinência do reconhecimento do município de Guimarães como Cidade Amiga das Crianças, e ao abrigo da competência prevista na al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, colocamos à consideração superior a minuta do Protocolo de Cooperação entre o



Comité Português para a UNICEF e a Câmara Municipal de Guimarães (em anexo).” A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E A IRMANDADE DE SANTA MARIA MADALENA DO MONTE DA FALPERRA – REQUALIFICAÇÃO, RECONSTRUÇÃO, CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DA “ESTÂNCIA DE TURISMO RELIGIOSO, CULTURAL E NATURAL DA FALPERRA”

- Presente, para ratificação, o Protocolo celebrado com a Irmandade de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra tendo por objeto a cooperação no âmbito de uma assistência técnica ao procedimento de candidatura e execução do projeto de Requalificação, Reconstrução, Conservação e Reabilitação da “Estância de turismo religioso, cultural e natural da Falperra”, sita na união dos concelhos de Guimarães e Braga, freguesias de Santa Cristina de Longos, Nogueira e Esporões, no que diz respeito ao desenvolvimento das ações necessárias à sua concretização e no cumprimento dos objetivos definidos no Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (SEUR) do Portugal2020.” O referido protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOCOLOS - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO IDOSO, ASSOCIAÇÃO REGIONAL DO NORTE - IMPLEMENTAÇÃO EM GUIMARÃES DA FIGURA DO “PROVEDOR DO IDOSO”

– Presente a seguinte proposta: “O concelho de Guimarães reflete a tendência demográfica ocidental, caracterizada pelo aumento da esperança de vida e por baixos níveis da natalidade, fenómeno que, ao longo das

últimas décadas, tem gerado um envelhecimento da sociedade. Pela vulnerabilidade que tendencialmente lhes está associada, as pessoas idosas vivem, por vezes, relações familiares e sociais de carência económica e de discriminação social, constituindo um dos grupos mais desprotegidos da população, sendo, por isso, necessário um crescente investimento na promoção de políticas que ajudem a encarar o envelhecimento com dignidade. Nesta linha, a Comissão de Proteção ao Idoso (CPI) considerou necessária a criação de uma plataforma de ligação entre as diferentes entidades locais, que garanta os direitos do idoso e se constitua como um agente de promoção da sua qualidade de vida. É neste sentido que surge a figura do Provedor do Idoso. Trata-se de uma pessoa oriunda da comunidade, com idoneidade e especial sensibilidade para as questões das pessoas idosas que se pretende que sirva de ligação entre a população sénior e as diversas instituições que atuam nesta área. Pretende-se igualmente que o Provedor do Idoso seja um elemento de ligação à autarquia, assegurando a representatividade da população sénior na definição das suas políticas para o envelhecimento. Para este efeito, as autarquias, em articulação com a CPI, são chamadas a desempenhar um papel ativo, fundamental na escolha e nomeação do Provedor do Idoso. Assim, e considerando a pertinência da implementação, no concelho de Guimarães, do Provedor do Idoso, ao abrigo da competência prevista na al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, colocamos à consideração superior a minuta do Protocolo de Cooperação entre a CPI, Associação Regional do Norte e o Município de Guimarães (em anexo).” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----



PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ENERGIA ELÉTRICA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES - CONCURSO PÚBLICO N.º 7/15 - APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E MINUTA DE CONTRATO –

Presente, para aprovação, a repartição de encargos, bem como a minuta do contrato respeitante ao concurso público identificado em assunto, adjudicada por deliberação de Câmara de 8 de setembro último ao concorrente “EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA”, pelo preço contratual de €2.076.911,82, acrescido de IVA às taxas legais em vigor (6% e 23%), que se dão aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 812 M2, SITA NA AV.GENERAL HUMBERTO DELGADO, FREGUESIA DE SERZEDELO – 40/14/2015 –

Presente a seguinte informação: “Aquando do arranjo urbanístico da Rua General Humberto Delgado, da freguesia de Serzedelo, foi necessário ocupar uma parcela de terreno com a área de 812 m², propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Cristina de Serzedelo, que fazia parte do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o n.º 785/19961011, e do inscrito na respetiva matriz rústica da freguesia de Serzedelo, sob o artigo 550º. Após reuniões havidas com a Fábrica da Igreja verificou-se a aceitação, por parte da instituição religiosa, na doação daquele terreno a favor do Município, para efeitos de execução de passeios e baías de estacionamento na referida artéria, mediante o cumprimento das seguintes condições por parte da autarquia: Suportar todos os custos inerentes à desanexação da parcela de terreno com 812 m²,

a qual será integrada no domínio público, bem como proceder à regularização junto do Serviço de Finanças e da Conservatória, num prazo máximo de 30 dias, a contar desde a data da assinatura da escritura de doação; Repor no seu devido lugar, todas as peças que terão necessidade de cortar, exatamente com as mesmas características e na sua devida funcionalidade, nomeadamente o muro de vedação, colocação de portões, mantendo as entradas existentes, proceder à deslocação e à reinstalação do quadro de energia, do sistema de rega e do ramal da água, bem como salvaguardar a área de jardim, existente no local; Suportar e realizar o processo de licenciamento camarário competente, para construção do muro, junto da via pública; Construir o passeio em toda a sua extensão, na parcela a destacar, assim como as baías de estacionamento; Não obstruir, nem de qualquer forma condicionar o atual acesso ao parque de estacionamento, propriedade da Fábrica da Igreja, sito na Av. General Humberto Delgado; Assumir todas as despesas inerentes ao processo de destaque, escritura de doação, registos de aquisição e de atualização do prédio restante; Impedir outro fim diverso à mencionada parcela de terreno, sob pena de conferir ao proprietário o direito de exigir uma indemnização por perdas e danos causados pelo uso inadequado, bem como o direito a resolução da escritura de doação. Concluir todos os procedimentos descritos nos pontos anteriores num prazo máximo de 90 dias, contados desde a data da assinatura da escritura de doação. Todavia, para efeitos de formalização da escritura de doação da parcela de terreno com a área de 812 m², foi necessário proceder à sua autonomização através de uma operação urbanística de destaque, para posterior registo na competente Conservatória. Entretanto, e dada a urgência na execução da obra, esta foi



executada com o compromisso de honra do cumprimento de todas as condições acima identificadas. Recentemente foi-nos enviado, pela Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães o registo predial da parcela de terreno com a área de 812 m², que corresponde à descrição predial n.º 1984/20160826, pelo que estamos em condições de formalizar a escritura de doação. Assim, para efeitos de cumprimento da alínea j), n.º 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação do órgão executivo a aceitação da doação, a favor do Município, da parcela de terreno com a área de 812 m², descrita na competente conservatória sob o n.º 1984/20160826, e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P2108, com um valor atribuído de €2.210,00, que corresponde ao valor patrimonial tributário, destinando-se a execução de passeios e baías de estacionamento na Av. General Humberto Delgado, freguesia de Serzedelo, devendo constar na respetiva escritura todas as condições aqui mencionadas. À consideração superior.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº

1/2016 – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima referido, por despacho de 16 de junho de 2016, a sanção disciplinar a aplicar nos termos propostos pelo instrutor é a **sanção disciplinar de multa, correspondente a quatro remunerações base diárias.**

Nos termos do nº 4 do artigo 197º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a aplicação das sanções disciplinares é da competência do órgão executivo do Município. Pelo que, solicito a V. Exa. que submeta a presente proposta à próxima reunião da Câmara Municipal.” O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR**

ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE MULTA, CORRESPONDENTE A QUATRO REMUNERAÇÕES BASE DIÁRIAS. -----

RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº 2/2016

– Presente a seguinte proposta: “Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima referido, por despacho de 21 de junho de 2016, a sanção disciplinar a aplicar nos termos propostos pelo instrutor é a **sanção disciplinar de suspensão de 45 dias, suspensa da sua execução pelo período de dois anos**. Nos termos do nº 4 do artigo 197º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a aplicação das sanções disciplinares é da competência do órgão executivo do Município. Pelo que, solicito a V. Exa. que submeta a presente proposta à próxima reunião da Câmara Municipal.” O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, COM 6 VOTOS A FAVOR E 4 VOTOS CONTRA, APLICAR A SANÇÃO DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO DE 45 DIAS, SUSPENSÃO DA SUA EXECUÇÃO PELO PERÍODO DE DOIS ANOS. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS, CIPRL – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL

– Presente a seguinte proposta: “Nos termos do preceituado do artigo 26.º dos Estatutos da Régie-Cooperativa TAIPAS TURITERMAS, CIPRL, os mandatos dos titulares dos órgãos sociais são de 3 anos. Sendo necessário designar os corpos sociais para o triénio 2017/2019, proponho, ao abrigo do disposto na alínea oo), do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: 1 – Que, de acordo com o n.º 1 do



art.º 55.º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 - Que sejam designados: 2.1 – Como representante da Câmara Municipal na Assembleia Geral, João Miguel Castro Oliveira, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência. 2.2 - Como Presidente da Direção, o vereador Ricardo Jorge castro Ribeiro Costa, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; 2.2 – Como Presidente do Conselho Fiscal, Miguel Ribeiro de Sousa, Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2, com seis votos a favor e quatro contra.** -----

AMBIENTE - ASSOCIAÇÃO VIMARANENSE PARA A ECOLOGIA - APOIO ÀS ECORÂMICAS 2016 – Presente a seguinte proposta:

“A Associação Vimaranense para Ecologia (AVE) é uma instituição privada sem fins lucrativos, constituída a 10 de abril de 2001, criada para a defesa e promoção de um melhor ambiente natural e construído, na procura de um desenvolvimento equilibrado e sustentado, através da informação, debate e divulgação de ações que visem a resolução de questões ambientais. A AVE, desde 2004, é membro da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) e desde 2012 é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) de âmbito local, reconhecida pela Agência Portuguesa do Ambiente, sendo a única no distrito. Atualmente é igualmente membro do Laboratório da Paisagem de Guimarães – Associação para o Desenvolvimento Sustentável. Ao longo do seu percurso a AVE tem organizado um conjunto de atividades, abertas à comunidade, de sensibilização e consciencialização ambiental e de promoção do desenvolvimento

eco sustentável, sendo um parceiro privilegiado da Câmara Municipal de Guimarães, nesta missão. Nos próximos dias 27 a 30 de Outubro, a AVE irá organizar a 4ª mostra de cinema documental sobre ambiente e sociedade, designada "Ecorâmicas". Este evento, de carácter anual, consiste na exibição de documentários e realização de atividades complementares sobre as temáticas do ambiente. A temática das Ecorâmicas 2016 está centrada no "Eco Ativismo" e visa garantir uma melhor participação, mobilização e envolvimento da comunidade do concelho de Guimarães e de tantas organizações, para a defesa e preservação do ambiente. Desta forma, a AVE solicitou um conjunto de apoios à Câmara Municipal de Guimarães para a realização da iniciativa, nomeadamente a parceria institucional, apoio na promoção e divulgação, apoio logístico na organização da feira (mostra) associada, bem como o apoio financeiro de €1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros), a fim de compartilhar despesas de direitos de exibição, catering, material de divulgação, reserva de espaços e deslocações, correspondendo a 50% do valor orçado para a organização da iniciativa. Assim, pela importante sensibilização e consciencialização ambiental e interesse cultural, entende o Município de Guimarães que a iniciativa da AVE deverá ser apoiada, pelo que se propõe a atribuição do subsídio no valor de 1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros), ao abrigo do nº 6 do art. 2º, do Regulamento de Atribuição de subsídios às associações culturais, artísticas, recreativas e humanitárias do Município de Guimarães, na qual a AVE se encontra registada."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA
PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS
MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A**



CELEBRAR – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **MIBILBANHO – MOBILIÁRIO DE BANHO, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **73%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios

fiscais contratuais ao investimento. A empresa **BLESS - INTERNACIONAL, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **41%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresas **MIBILBANHO – MOBILIÁRIO DE BANHO, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA; BLESS - INTERNACIONAL, LDA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - CONGRESSO EBN 2016 - EUROPEAN BIC NETWORK - COMPARTICIPAÇÃO DO



MUNICÍPIO DE GUIMARAES – Presente a seguinte proposta: “A União Europeia escolheu Guimarães para acolher o 25.º Congresso Mundial de Empreendedorismo e Inovação - Congresso da EBN – European BIC Network, que vai decorrer entre os dias 28 e 30 de Setembro do corrente ano, no Centro Cultural Vila Flor, e que contará com a organização do Município de Guimarães e do BICMINHO – Centro Europeu de Empresas e Inovação. A 25.ª edição do Congresso Anual da Rede Mundial dos EU-BIC (European Union Business and Innovation Centres) vai reunir mais de 500 especialistas em Empreendedorismo e Inovação de todo o mundo, entre responsáveis máximos de várias estruturas da União Europeia, incluindo Comissão Europeia e Direções Gerais. Este evento reforçará o papel e a estratégia adotada pelo Município de Guimarães no que concerne ao apoio prestado aos empreendedores e empresários do concelho, nomeadamente na captação de investimento e criação de postos de trabalho. Entre o Município de Guimarães e o BICMINHO – Centro Europeu de Empresas e Inovação, foi celebrado um Protocolo de Colaboração, aprovado em reunião de Câmara a 15 de Outubro de 2015, onde se prevê o desenvolvimento de esforços conjuntos tendo em vista a organização do Congresso da EBN – European BIC Network em 2016 na cidade de Guimarães. Nesse sentido, aproximando-se a data da realização do Congresso, propomos superiormente que o Município apoie este evento mediante a atribuição de um subsídio no valor de €37.203,48, para compartilhar os custos inerentes à realização das atividades afetas ao supra descrito congresso.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUIMARÃES - APOIO FINANCEIRO PARA MUDANÇA DE INSTALAÇÕES DA ESCOLA PROFISSIONAL CISAVE – Presente

a seguinte proposta: “Vem a Associação Comercial e Industrial de Guimarães solicitar a atribuição de um apoio financeiro que lhe permita efetivar a transferência das instalações da Escola Profissional CISAVE para o edifício do antigo Seminário do Verbo Divino. De facto, a aludida transferência implica a realização de trabalhos de projeto, construção civil, segurança contra incêndio e central de bombagem orçados em cerca de €270.000,00, montante que a instituição não pode por si só assegurar. As novas instalações permitem alojar adequadamente a Escola Profissional, que passará agora a dispor de 2.800m² de área útil, ao invés dos atuais 1.200m² (v. planta anexa), e de salas com dimensões modelares, com ótima iluminação e ventilação naturais, espaços para educação física e balneários. A EP CISAVE foi fundada em 1991 - é a mais antiga Escola Profissional de Guimarães, tendo registado, até ao presente, os seguintes resultados estatísticos: Nº acumulado de formandos: 6358; Taxa de abandono: 30% (média nacional: 34%); Taxa de empregabilidade: 71%; Prosseguem estudo no Ensino Superior: 13%. O corpo docente na Escola é composto por 36 formadores com 12 anos, em média, de docência na CISAVE. No ano letivo em curso, tem inscritos 225 formandos, com idades entre os 15 e os 21 anos, distribuídos por 4 cursos / 12 turmas e provenientes de todo o território concelhio, bem como de concelhos circunvizinhos (v. anexo “Caracterização da Escola”). Deste modo, atendendo à importância nuclear da formação profissional para a criação de saídas profissionais para os jovens, ao histórico de resultados e à cobertura territorial concelhia assegurada pela EP CISAVE e, finalmente, ao interesse público em dotar a prática letiva das melhores condições físicas proponho a atribuição, à Associação Comercial e Industrial de Guimarães, enquanto proprietária da EP CISAVE, de um subsídio de



€100.000,00 destinado a compartilhar nos encargos implicados na transferência de instalações daquela escola profissional para o edifício do antigo Seminário do Verbo Divino. A ser aprovado, este subsídio será pago mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais da CMG.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ESCOLAS – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS SECUNDÁRIAS DO CONCELHO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Considerando que o Orçamento Participativo é um instrumento de participação dos cidadãos nas democracias ocidentais modernas, sociedades com estruturas de governação que integram os cidadãos nos seus processos decisórios e prestam contas da sua atividade, contribuindo decisivamente para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, melhorando a sua qualidade de vida das populações e promovendo o exercício da cidadania informada, ativa e responsável; Considerando, que o Orçamento Participativo das Escolas deve ser um processo dinâmico, que permita acolher as expectativas dos alunos no processo de tomada de decisão, bem como adequar a metodologia utilizada às características e necessidades de cada uma das comunidades escolares do concelho de Guimarães; A Câmara Municipal de Guimarães envolveu os agrupamentos escolares e as escolas secundárias numa ampla discussão sobre a metodologia e na implementação do Orçamento Participativo em contexto escolar. Partindo da experiência adquirida durante o processo, entende-se que uma maior envolvência da comunidade escolar de cada um dos projetos que se pretende implementar é essencial para o sucesso da iniciativa. A adequação do calendário

de implementação dos projetos ao calendário de atividades letivas, em conjunto com o envolvimento dos alunos, os principais promotores dos projetos, são elementos essenciais para uma participação cívica mais intensa. Assim face a estes fundamentos, propõe-se, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal apoie os projetos mais votados em cada um dos agrupamentos, mediante a atribuição de uma verba no montante correspondente ao valor apresentado em cada uma das propostas vencedoras, a entregar a cada um dos agrupamentos de escolas e escolas secundárias, conforme a seguir discriminado: -----

Escolas	Designação	Valor a transferir
E. B. 2,3 Fernando Távora - Fermentões	Constrói a tua Horta	1 320,06 €
E. B. 1 - Barreiro - Selho S. Jorge	Espelho Mágico	725,00 €
E. B. 2,3 João de Meira	Cresce & Floresce - Plantas que dão Vida	4 984,57 €
Agrupamento de Escolas de Abação	Escola Florida	150,00 €
	Rega Horta Pedagógica	1 596,85 €
	Abação ao Vento	1 119,73 €
Total		2 866,58 €
Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda - E. B. 1 Santa Luzia - Azurém	Da sala de aula para a horta, da horta para a mesa!	3 172,03 €
Escola Secundária das Taipas	Jardim escolar	400,00 €
	Cantinho das Ervas Aromáticas	250,00 €
	Ecossistema Aquático / Lago artificial	4 371,00 €
	Papel Escolar	750,00 €
	Identificando as espécies	450,00 €
Total		6 221,00 €
Total Global		19 289,24 €

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – CASTREJA – COOPERATIVA DE APOIO SOCIAL E CULTURAL, CRL - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE



AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Castreja Cooperativa de Apoio Social e Cultural, CRL, solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte do grupo de idosos nos dias 7 e 14 de Outubro de 2016. Considerando que, se tratam de deslocações, no âmbito do projeto “*Gerações em Movimento*”, o qual apoia e dinamiza atividades com os idosos, neste sentido irão proporcionar aos mesmos visitas de relevante interesse cultural e social e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 19 de setembro de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

AÇÃO SOCIAL - PROPOSTA DE REALOJAMENTO – OCUPAÇÃO DE DOZE HABITAÇÕES EM ALOJAMENTO CONVENCIONAL E DUAS VAGAS EM RESIDÊNCIA PARTILHADA FEMININA -

Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA, remetendo, para aprovação do Órgão Executivo, uma proposta de ocupação de doze habitações em realojamento convencional e duas vagas em residência partilhada feminina, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 29 de setembro de 2016, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se encontrar impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.** -----

CULTURA – CASA DE SARMENTO - CENTRO DE ESTUDOS DO PATRIMÓNIO - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DO MINHO E A SOCIEDADE MARTINS

SARMENTO – Presente a seguinte proposta: “A proposta de criação de uma Unidade Diferenciada de Natureza Cultural da Universidade do Minho em Guimarães vem retomar a experiência da Casa de Sarmiento, que funcionou entre 2002 e 2008, a partir de um protocolo de colaboração que ora se propõe estabelecer com a Universidade do Minho e a Sociedade Martins Sarmiento. Na sua criação, foi definido como objetivo nuclear “o estudo do Património, com uma forte componente de História Local”. Esta orientação assume particular significado numa cidade como Guimarães - Património Mundial da Humanidade (2001) e Capital Europeia da Cultura (2012) – pelo que consideramos que a existência de uma unidade com estas características contribuirá para tornar a cidade um centro de referência na produção e divulgação de conhecimento nestas áreas. O seu primeiro objetivo é estabelecer uma ligação mais estreita entre a Universidade do Minho e a cidade de Guimarães, nomeadamente através do apoio ao desenvolvimento da missão científica e cultural da Sociedade Martins Sarmiento, uma das mais importantes associações culturais de Guimarães, com grande projeção regional e nacional. Este objetivo consubstancia-se no tratamento, catalogação, digitalização e divulgação do valioso acervo bibliográfico e documental da Sociedade Martins Sarmiento e também na sua valorização, através do desenvolvimento de projetos de investigação, nomeadamente no âmbito dos cursos de mestrado e de doutoramento. Para além deste, recuperam-se os objetivos iniciais da anterior Casa de Sarmiento: • a promoção da cooperação da Universidade do Minho com a comunidade em geral, e a vimaranense em particular; • o desenvolvimento de atividades de índole cultural; • o enquadramento de projetos de investigação no âmbito dos estudos sobre o Património e a História Local; • o apoio à aplicação dos



conhecimentos científicos e tecnológicos em projetos de restauro e conservação de património material; • o estabelecimento de ações de cooperação científica e captação de financiamentos com instituições nacionais e internacionais. • a realização de ações de formação em áreas pertinentes para os objetivos específicos da Casa de Sarmento; • a recolha, tratamento e disponibilização de fundos documentais relacionados com o património e a história local; • a organização de um fundo iconográfico de Património e História Local através, nomeadamente, da recolha, catalogação e digitalização de fotografias e outros suportes de imagens. • a edição e divulgação de inventários, catálogos e outros elementos destinados a facilitar aos investigadores a consulta de documentos; • a publicação de fontes documentais e de estudos; • a utilização das novas tecnologias da informação em projetos de investigação, produção e divulgação de conteúdos relacionados com as problemáticas históricas e patrimoniais. Considerando o relevante interesse público de que se reveste o estabelecimento de cooperação técnico-científica no âmbito da referida Unidade Diferenciada a criar pela Universidade do Minho, dotada de autonomia administrativa e financeira e com órgãos próprios que prossiga os objetivos, atribuições e modelo de gestão constantes do documento em anexo (**doc.s 1 e 2**), proponho, ao abrigo da al. t) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta de protocolo, que igualmente se junta em anexo (**doc. 3**), mediante a qual o Município instituirá, conjuntamente com a Universidade do Minho e com a Sociedade Martins Sarmento, a Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património. Mais se propõe que, conforme previsto no referido Protocolo, o Município de Guimarães conceda à Casa de Sarmento uma subvenção anual no valor €30.000.00, cujo pagamento se

inicia com a sua criação e instalação. Esta verba será devidamente inscrita no Plano de Atividades para 2017.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores António Monteiro de Castro e José Torcato Ribeiro não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade. -----**

DESPORTO - APOIO PARA INSTALAÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO - ACRDN - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DE NESPEREIRA – Presente a seguinte proposta:

“A Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Nespereira (ACRDN), com 24 anos de existência, é uma associação que tem primado a sua intervenção como agente facilitador de integração de crianças e jovens, bem como entidade fundamental para a promoção da prática desportiva e atividade física na Freguesia de Nespereira. Ao longo da sua história, tem assumido um conjunto de atividade relevantes para a freguesia e para o concelho, como é a gestão de equipamentos desportivos e atividades culturais e recreativas, colaborando com a organização do entrudo e outras de âmbito literário, relevando a proximidade de Raul Brandão a Nespereira. Conscientes disto e da importância que o desporto e da prática do exercício físico têm na sociedade atual, bem como da relação desta atividade com a qualidade dos equipamentos desportivos, enquanto estruturas adequadas, facilitadoras e promotoras dessas mesmas práticas; Conscientes dos efeitos positivos que estas associações promovem na comunidade e que a prática desportiva produz na saúde e bem-estar da população; Conscientes que o Município deve apoiar e proporcionar a criação e/ou adequação das infraestruturas para



esta prática desportiva, como tem vindo a fazer em todo o Concelho; Na sequência de um pedido realizado pela Associação – ACRDN – vimos propor a atribuição de um apoio no extraordinário no valor de 12.000,00€ para a instalação de um relvado sintético, no ringue desportivo, sito na rua da Devezinha, na freguesia de Nespereira. Este apoio é de todo relevante considerado que o ringue desportivo é património camarário, cedido à associação; que na Freguesia de Nespereira não há qualquer espaço desportivo qualificado e relvado; que este equipamento desportivo suporta e enquadra-se com a instalação de relvado sintético; e que este pedido enquadra-se com a política de instalação de relvados sintéticos no Concelho, como forma de melhoria e adaptação das instalações à melhor prática desportiva. Assim, ao abrigo do nº6 do art. 2º e do art. 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro no valor de €12.000,00 (doze mil euros) à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Nespereira.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS - ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA OU CONDICIONADA AO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO LARGO CONDESSA DE MUMADONA –

Presente a seguinte proposta apresentada pelos Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo: “É hoje inquestionável a necessidade e urgência de assegurar a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas para garantir que as pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada tenham acesso a todos os edifícios, sistemas e serviços da comunidade, criando condições para o exercício efetivo de uma cidadania plena. O parque de estacionamento sito do Largo Condessa de Mumadona – propriedade do Município e com gestão

atribuída à empresa municipal VITRUS AMBIENTE – foi inaugurado em 2005 e está localizado no coração da cidade, funcionando como um dos acessos privilegiados ao Centro Histórico e serviços circundantes. Desde a sua inauguração e ainda no momento presente, onze anos volvidos, este parque de estacionamento não serve dignamente os cidadãos de mobilidade reduzida ou condicionada e não se apresenta conforme com as exigências legais. Muito embora os lugares de estacionamento para veículos conduzidos por cidadãos com mobilidade reduzida estejam devidamente implementados e identificados, a acessibilidade ao exterior apenas pode ser feita a partir da via de acesso dos veículos. Situação que gera necessariamente um conflito peões/veículos, obrigando os cidadãos com mobilidade reduzida a sair do parque diretamente para a via pública, em plena rotunda da Mumadona. O mesmo sucede com o acesso ao exterior de crianças que sejam transportadas em carrinhos de bebé, uma vez que se estiverem acompanhados por apenas um adulto, o adulto vê-se igualmente obrigado a aceder ao exterior a partir da via de acesso dos veículos, diretamente para a via pública, em plena rotunda da Mumadona. Estamos perante um edifício público cujo projeto foi elaborado em 2003, tendo a obra sido concluída em 2005. À data do projeto era já obrigatório o cumprimento do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de maio, o qual obrigava a que o acesso a edifícios como parques de estacionamento de veículos automóveis, quando implantados em pisos situados acima ou abaixo do nível do pavimento das ruas, fosse garantido através de rampas e/ou ascensores, devendo as rampas de acesso cumprir com uma inclinação máxima de 6%. Na reunião de Câmara do passado dia 28 de Abril de 2016, em intervenção realizada no período antes da ordem do dia, o vereador André Coelho Lima interveio sobre esta



matéria em nome dos vereadores subscritores, alertando para a inexistência destas acessibilidades, assinalando as gravíssimas situações que proporciona e apelando para a urgência desta intervenção. Intervenção a que, cinco meses volvidos, dão os vereadores PSD-CDS sequência formal por via da presente proposta. Neste termos, submete-se à consideração do executivo municipal a aprovação de uma deliberação para que: **1)** Seja reconhecida a urgência de uma intervenção no parque de estacionamento do Largo Condessa da Mumadona de modo a habilitar este edifício com acessibilidades capazes para permitir a deslocação dos cidadãos com mobilidade reduzida ou condicionada ao seu exterior, em condições de segurança, adaptando este equipamento à Lei das Acessibilidades atualmente em vigor (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto); **2)** Atento o respeito que é devido pelos direitos autorais, seja contactado o autor do projeto do parque de estacionamento do Largo Condessa de Mumadona por forma a que a referida adaptação possa ser conduzida e executada pela mão de quem o projetou e concebeu; **3)** Que a concretização e execução material desta proposta seja concretizada no prazo máximo de seis (6) meses, atenta a urgência manifesta de que se reveste a referida intervenção.” Após discussão da proposta, concretamente da intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro, o Vereador André Coelho Lima, em nome dos restantes vereadores autores da proposta, solicitou que a mesma fosse votada considerando apenas os pontos 1 e 2 e eliminando o ponto 3, tendo sido esta nova proposta que foi submetida a votação. **DELIBERADO REPROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram a favor os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de

Castro, Ricardo Araújo, Maria Helena Soeiro e José Torcato Ribeiro, tendo o Presidente da Câmara usado o **voto de qualidade** após se ter repetido a votação por se ter verificado empate na primeira votação. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto** pela voz do Vereador Amadeu Portilha: "O Partido Socialista vota contra a proposta apresentada pelo PSD/CDS-PP porque conforme foi explicado detalhadamente pelo Senhor Presidente da Câmara este é um processo que tem longos anos, as causas deste atraso são conhecidas do processo e porque foi inequivocamente provado pelo Sr. Presidente que desde que o caso foi apresentado aqui pela primeira vez o Sr. Presidente da Câmara, a Câmara Municipal e os competentes serviços técnicos fizeram tudo o que estava ao seu alcance no sentido de resolver e ultrapassar esta situação. Portanto, não se justifica a apresentação de uma proposta quando tudo aquilo que foi inicialmente previsto está a ser integralmente cumprido quer pela Câmara Municipal quer pelos competentes serviços técnicos municipais."-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 11:20 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Domingos Ribeiro Sampaio** que veio expor uma situação relativa à largura de um caminho no Bairro Leão XIII, que estará a ser reduzida em virtude da construção de muros de vedação, impedindo o acesso a viaturas para cargas e descargas, dizendo ter feito a entrega de uma exposição nos serviços da Câmara Municipal no passado dia 17 de março sem que ainda tivesse obtido qualquer resposta.-----

O **Presidente da Câmara** leu, em voz alta, a informação técnica dos serviços municipais sobre este processo concluindo que o muro



de vedação não estará construído em terreno do domínio público, sendo o caminho de acesso pedonal e não de viaturas. Contudo, disse que iria solicitar informação definitiva sobre o assunto aos competentes serviços municipais. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----